



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 29 | Jul./Dez. de 2023

Pedro Víctor Rodrigues Linhares

Centro Universitário INTA / UNINTA.

pedrovictorlinhares@hotmail.com

Luís Orlando de Sousa Nobre

Universidade Estadual Vale do Acaraú / UVA.

luisorlandonobre@gmail.com

ESCRavidÃO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CEARÁ: um estudo sobre a “Casa dos Escravos” de Guaraciaba do Norte – CE.

RESUMO

Este estudo aborda a Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte – CE, um patrimônio histórico e cultural que resgata a memória da escravidão. Através da análise de relatos de moradores, documentos históricos e análise bibliográfica, investigou-se o papel desempenhado pela casa no contexto da escravidão, norteando-se a promoção da educação patrimonial como forma de preservação e reflexão sobre a história local.

Palavras-chave: A Casa dos Escravos; Guaraciaba do Norte; Patrimonial.

ABSTRACT

This study deals with the Casa dos Escravos of Guaraciaba do Norte - CE, historical and cultural heritage that preserves the memory of slavery. Through the analysis of residents' stories, historical documents and bibliographical analysis, we investigated the role played by the house in the context of slavery, guiding the promotion of heritage education as a way of preserving and reflecting on local history.

Keywords: House of Slaves; Guaraciaba do Norte; Heritage.

Introdução

Guaraciaba do Norte é um município situado no estado do Ceará, uma região do Nordeste do Brasil que, assim como grande parte do país, carrega um passado significativamente marcado pela escravidão. Durante mais de três séculos, o Brasil foi palco de um dos mais extensos e brutais sistemas de escravidão da história moderna, deixando cicatrizes profundas que ainda ressoam em questões de desigualdade e identidade social. Nesse contexto, de uma das formas de controle humano mais brutais e desumanas da história, percebem-se diversas marcas profundas e duradouras em diversas sociedades ao redor do mundo.

No Brasil, a escravidão teve uma presença significativa, deixando um legado de injustiça, sofrimento e desigualdade social (MARQUESE, 2006). O estado do Ceará não foi exceção, e muitos locais da região guardam vestígios dessa história trágica. Nesse cenário, destaca-se a Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte, situada no sítio Tamboatá e localizada a aproximadamente 1 km da sede do município. Este casarão secular, construído no século XVIII, será tratado nesse estudo não apenas como patrimônio arquitetônico, mas também como testemunho material da escravidão que assolou a região.

O tombamento da Casa dos Escravos em Guaraciaba do Norte pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e pela prefeitura local é um marco significativo na preservação do patrimônio histórico e cultural da região. Esse ato oficial de reconhecimento destaca a importância indiscutível desse edifício como testemunho material da escravidão que marcou profundamente o passado do Brasil. O tombamento não apenas garante a proteção e a conservação desse valioso patrimônio, mas também estabelece diretrizes e responsabilidades para a sua manutenção.

As coleções presentes nos museus não podem ser consideradas representações neutras de grupos ou setores da sociedade, pois funcionam como instrumentos discursivos daqueles que detêm o poder instituído, como é o caso da direção do Museu do Ceará. É importante compreender os museus como entidades em constante evolução, em um processo contínuo de valoração de suas coleções, sempre considerando o contexto de cada época. Durante muitas décadas, perpetuou-se uma imagem estereotipada e inferiorizada do negro, reforçando preconceitos e segregações. No entanto, segmentos do movimento negro brasileiro têm trabalhado

para reverter essa representação, buscando desconstruir os estigmas históricos e promover uma visão mais equitativa e respeitosa da história e cultura afro-brasileira (PASSOS, 2014).

O presente estudo, portanto, tem como objetivo geral investigar como a Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte é lembrada e interpretada nas narrativas orais dos moradores locais, trazendo à luz as complexidades da vida sob a escravidão e seus ecos no presente. Tendo por base relatos de moradores, obras literárias e informações extraídas do sítio eletrônico da prefeitura municipal de Guaraciaba do Norte, este estudo busca entender a “Casa dos Escravos” como um espaço de memória dolorosa, onde os horrores da escravidão se desenrolaram.

Entre os objetivos específicos, busca-se (i) analisar a percepção dos moradores locais de Guaraciaba do Norte sobre a importância da Casa dos Escravos como um testemunho material e simbólico da escravidão na região e (ii) examinar as narrativas orais que abordam experiências extraordinárias ou significativas ligadas à Casa dos Escravos e ao legado da escravidão, buscando compreender como estas histórias se inserem na memória coletiva da comunidade.

A necessidade de resgatar e entender as memórias, sobretudo aquelas relacionadas a sistemas de opressão como a escravidão, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e informada. O estudo da Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte ganha importância neste contexto, como um meio de dar voz às comunidades locais que, através da História Oral, podem contribuir para uma compreensão mais rica e matizada deste período. Estas vozes podem nos revelar não apenas detalhes da vida cotidiana sob o sistema escravista, mas também as formas de resistência, adaptação e, eventualmente, emancipação que caracterizam experiências humanas em contextos extraordinários de sofrimento e injustiça.

Enquanto há uma riqueza de literatura sobre a história oral, a escravidão no Brasil, e o conceito de patrimônio cultural, há uma notável escassez de estudos que concentram esses elementos em contextos específicos como o de Guaraciaba do Norte. Este estudo pretende preencher essa lacuna, contribuindo para uma compreensão mais matizada do legado da escravidão na região e da importância do patrimônio material como testemunho dessa história.

No decorrer deste estudo, serão abordados aspectos históricos, culturais e sociais relacionados à escravidão no Brasil, investigando os impactos desse legado na sociedade atual e refletindo sobre os desafios e as possibilidades de preservação

desse patrimônio histórico objetivando, assim, confrontar um passado marcado por injustiças e desigualdades.

A História Oral tem sido uma ferramenta crucial para a compreensão das narrativas de pessoas que raramente são representadas em registros históricos tradicionais. Especialmente em contextos marcados por sistemas opressivos, como a escravidão, a História Oral fornece um meio de ampliar a voz das experiências de indivíduos e comunidades marginalizadas (COSTA, 2023). Ela permite uma abordagem de "baixo para cima", focada nos atores sociais comuns, em vez das elites tradicionalmente estudadas.

Além disso, o conceito de patrimônio cultural será examinado para entender como ele funciona como um veículo de memória coletiva e individual. Ademais, nos subtópicos seguintes aborda-se, inicialmente, sobre a complexidade e o impacto duradouro da escravidão no Brasil e, mais especificamente, no estado do Ceará serão discutidos para contextualizar o cenário em que a Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte está inserida.

Entendendo o conceito de patrimônio histórico

O patrimônio, seja ele material ou imaterial, serve como uma representação tangível da história e da cultura de uma comunidade (DELGADILLO, 2023). A Casa dos Escravos, nesse sentido, é mais do que um mero edifício; ela serve como um artefato cultural que contém, dentro de suas paredes, narrativas coletivas e individuais da época da escravidão (COSTA; DE ANDRADE, 2022).

O conceito de patrimônio histórico abrange a preservação e valorização de bens culturais e materiais que possuem importância histórica, artística, arquitetônica, científica ou social. Esse campo de estudo surgiu no início do século XIX, impulsionado pelo crescente interesse na proteção e conservação dos monumentos e obras de arte do passado:

Durante o século XIX, nesse país, e também na Inglaterra, na Alemanha e em outras nações européias, foram criadas instituições, predominantemente públicas, mas também privadas, foram elaboradas leis, e foram realizados trabalhos de inventário, de conservação e de restauração de monumentos de modo a estruturar a prática preservacionista, consolidando um modelo que perdura até os dias atuais (LONDRES, 2007, p. 1232)

O termo "patrimônio" deriva do latim "*patrimonium*", que significa "herança" ou "propriedade transmitida por herança" (PELEGRINI, 2006). Inicialmente, tal conceito estava relacionado, principalmente, a bens materiais, mas foi expandido, posteriormente, para abranger também elementos imateriais.

Embora a definição de patrimônio histórico possa variar entre diferentes contextos e legislações nacionais, de forma geral, refere-se a um conjunto de bens culturais reconhecidos como possuindo um valor especial para a humanidade. Esses bens são considerados testemunhos do passado e merecem ser preservados e transmitidos às gerações futuras.

Este conceito engloba uma ampla variedade de elementos, como monumentos, sítios arqueológicos, pinturas, esculturas, documentos, tradições orais, danças, músicas e muito mais. Ocorre que, geralmente, estes bens são oriundos de uma origem elitista, daí a necessidade de estudos aprofundados acerca do que seria, verdadeiramente, o conceito de patrimônio. Exemplificando o que acima foi dito, Almir Félix Batista de Oliveira (2002):

A memória utilizada como pano de fundo foi a memória que sempre prevaleceu nos processos de preservação/conservação do nosso patrimônio histórico, uma memória unitária/centralizadora cujo objetivo foi privilegiar, amparado pelo “mecenato” espanhol, um grande acontecimento, a fundação/construção da cidade por uma elite branca/católica/culta sem a participação de mais ninguém (OLIVEIRA, 2002, p. 220).

Ademais, o patrimônio histórico apresenta características fundamentais que o tornam um legado cultural valioso. Primeiramente, destaca-se o seu valor histórico. Os bens que compõem o patrimônio histórico fornecem informações essenciais sobre épocas passadas, eventos históricos, modos de vida e costumes de determinadas sociedades. Ao estudar e preservar esses elementos, somos capazes de compreender e refletir sobre a nossa história e evolução como seres humanos:

Quando falamos em patrimônio histórico não estamos nos referindo a coisas, a uma ou algumas classes de objetos, e sim ao resultado de ações humanas, a um processo contínuo de selecionar, guardar, conservar e transmitir determinados bens, materiais e imateriais, a que se atribuem determinados valores. O termo “patrimônio” é usado devido à analogia com o processo que ocorre na família quanto aos bens que passam de pais para filhos, portanto, à herança, o que envolve não apenas valores econômicos como também simbólicos e afetivos (LONDRES, 2007, p. 123).

Além disso, o patrimônio histórico possui um valor cultural significativo. Ele é uma expressão da cultura de um povo, refletindo suas tradições, crenças, expressões artísticas e formas de organização social. Por meio do patrimônio histórico, é possível explorar e compreender a diversidade cultural presente em diferentes épocas e regiões. Como se traduz na sociedade esse valor cultural? Cecília Londres (2007) disserta sobre alegando que:

Como se desperta um “sentido de patrimônio” junto à sociedade? Essa pergunta não pode evidentemente ter uma única resposta. Cada sociedade, a seu tempo e em função de suas necessidades e valores, desenvolverá um tipo de relação com o patrimônio histórico que terá herdado de seus antepassados. O grande desafio nesse sentido é fazer as inevitáveis adaptações sem comprometer os valores que justificam a preservação. E essa sintonia fina entre conservação e mudança só é possível a partir de uma compreensão – que muito freqüentemente é apenas intuitiva – do papel dos bens culturais na transmissão da memória coletiva (LONDRES, 2007, p. 273).

Outra característica importante é o valor estético presente no patrimônio histórico. Muitos dos bens que compõem esse patrimônio são considerados obras de arte, apresentando uma estética singular e expressividade artística. Através de sua preservação, podemos apreciar e aprender com a beleza e criatividade manifestadas nessas criações.

Além dos aspectos mencionados, o patrimônio histórico também possui um valor social relevante. Ele desempenha um papel crucial na construção da identidade coletiva de uma comunidade e no fortalecimento dos laços sociais. O patrimônio histórico pode ser utilizado como uma ferramenta educacional, promovendo a conscientização histórica e cultural entre as pessoas. Além disso, o turismo cultural associado ao patrimônio histórico pode impulsionar o desenvolvimento econômico das regiões, gerando empregos e oportunidades para as comunidades locais.

Patrimônio Histórico e Cultural

A correlação entre patrimônio histórico e cultura é intrínseca e vital para a compreensão e preservação da identidade de uma sociedade. O patrimônio cultural abrange não apenas os bens materiais, mas também, os aspectos imateriais, como tradições orais, festas, danças, músicas e formas de expressão que fazem parte da vida de um determinado grupo humano (PIRES, 1994). Essa relação simbiótica entre

o patrimônio histórico e a cultura de um povo é fundamental para a valorização da diversidade cultural e para a promoção do diálogo intercultural.

Esta espécie de patrimônio histórico é um reflexo da cultura de um povo, uma expressão tangível e duradoura das suas práticas, conhecimentos, crenças e valores. Por meio de sua preservação é possível transmitir às gerações futuras a memória coletiva de uma comunidade, proporcionando um senso de continuidade e conexão com o passado (LONDRES, 2007). O patrimônio cultural é um tesouro que nos conecta com nossas raízes, fortalecendo nossa identidade individual e coletiva.

Além disso, o patrimônio cultural desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade cultural e no enriquecimento da sociedade como um todo. Cada comunidade possui um conjunto único de tradições, práticas e manifestações culturais que contribuem para a riqueza da cultura global. A preservação e valorização desse patrimônio cultural ajudam a promover o respeito mútuo, a tolerância e a compreensão entre os diferentes grupos culturais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural (PIRES, 1994).

Ademais, a relação entre patrimônio histórico e cultura não se limita apenas à preservação do passado. O patrimônio cultural também é dinâmico e está em constante transformação. Ele reflete as mudanças e os desafios enfrentados pelas sociedades ao longo do tempo. Portanto, a preservação do patrimônio cultural requer um equilíbrio entre a proteção dos valores e tradições do passado e a capacidade de se adaptar e evoluir para atender às necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras. Nesse sentido:

A relação da sociedade com seu patrimônio histórico deve ser de constante interação, de modo a propiciar experiências ricas e transformadoras. Esse objetivo é muito mais difícil de ser alcançado em um país desigual como o Brasil, onde as carências por bens materiais e simbólicos é imensa, o que leva a distorções graves na relação dos cidadãos com a coisa pública. É importante ressaltar que a valorização e preservação do patrimônio cultural devem ser realizadas de forma sustentável e participativa, envolvendo a comunidade local e respeitando suas práticas e visões de mundo. A proteção do patrimônio cultural também está ligada ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades, uma vez que o turismo cultural responsável pode gerar emprego, renda e contribuir para o crescimento econômico local (LONDRES, 2007, p. 120).

Deste modo, a correlação entre patrimônio e cultura é fundamental para a preservação da identidade e diversidade cultural. O patrimônio cultural é uma expressão viva das tradições, conhecimentos e valores de uma comunidade,

proporcionando um elo entre o passado, o presente e o futuro. Sua preservação e valorização contribuem para uma sociedade mais consciente, inclusiva e enriquecida culturalmente.

No âmbito do estudo sobre a Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte e sua relação com a escravidão, várias ações de educação patrimonial podem ser efetuadas para promover uma compreensão mais profunda e sensível desse patrimônio histórico. Visitas guiadas poderiam ser organizadas ao local, conduzidas por historiadores, arqueólogos ou educadores, para proporcionar aos visitantes informações detalhadas sobre a história da Casa dos Escravos e seu contexto na escravidão.

Realizar oficinas educativas envolvendo atividades práticas, como recriação de objetos do período escravista, para permitir que os visitantes tenham experiências tangíveis relacionadas à história. Montar exposições temporárias que explorem diferentes aspectos da escravidão no Ceará e no Brasil, utilizando documentos históricos, artefatos e narrativas pessoais.

Colaborar com as escolas locais para desenvolver programas educativos sobre a Casa dos Escravos, integrando o estudo desse patrimônio no currículo escolar. Produzir materiais educativos, como folhetos, guias ou livros, que abordem a história da Casa dos Escravos e sua importância na preservação da memória da escravidão. Essas ações de educação patrimonial podem contribuir significativamente para a preservação da memória da escravidão, promovendo o entendimento, a reflexão e o respeito pela história e cultura afro-brasileira, ao mesmo tempo em que abordam questões contemporâneas de justiça social e igualdade.

Experiências extraordinárias em contextos de opressão

Um desafio significativo na sociedade brasileira reside em abordar a situação de vida da população negra como uma questão específica e complexa, que engloba não apenas aspectos culturais e históricos, mas também o racismo estrutural. É crucial considerar essa perspectiva a partir das vivências e experiências da própria população negra. Além disso, ao integrar a educação nesse contexto, é necessário adotar abordagens que levem em conta os conceitos de complexidade sistêmica e transdisciplinar, transcender o paradigma eurocêntrico e superar os limites das

disciplinas tradicionais, evitando simplificações excessivas e modelos de abstração simplistas (JÚNIOR, 2019).

As vivências extraordinárias em contextos de opressão têm sido objeto de diversos estudos que exploram as formas de resistência, subversão e criação de significados sob circunstâncias adversas. Essas narrativas contribuem para a construção da memória coletiva e, por vezes, assumem uma qualidade quase mítica, alimentando tanto a identidade individual como a coletiva (ANDRADE, 2022).

A chaga da escravidão, conforme mencionado na introdução deste artigo, é tido como um dos capítulos mais sombrios da história e teve uma presença marcante no Brasil durante séculos. O sistema escravista, que vigorou desde os primeiros anos da colonização até a promulgação da Lei Áurea, em 1888, deixou profundas marcas na sociedade brasileira (MONTEIRO, 2012).

No Brasil, o comércio escravagista teve início com a chegada dos primeiros colonizadores portugueses no século XVI. Este povo europeu, ao estabelecerem suas atividades de exploração econômica na nova colônia, inicialmente, recorreram ao trabalho indígena, porém, devido às condições adversas e à resistência dos povos nativos, acabaram por optar pela importação de africanos escravizados ganhou força. Nesse sentido, Rafael de Bivar Marquese (2006):

Cabem aqui algumas palavras sobre o papel que o tráfico transatlântico de africanos desempenhou no deslanche da produção açucareira brasileira. A mão-de-obra empregada na montagem dos engenhos de açúcar no Brasil foi predominantemente indígena. Uma parte dos índios (recrutados em aldeamentos jesuítas no litoral) trabalhava sob regime de assalariamento, mas a maioria era submetida à escravidão. Os primeiros escravos africanos começaram a ser importados em meados do século XVI; seu emprego nos engenhos brasileiros, contudo, ocorria basicamente nas atividades especializadas. Por esse motivo, eram bem mais caros que os indígenas: um escravo africano custava, na segunda metade do século XVI, cerca de três vezes mais que um escravo índio (MARQUESE, 2006, p. 233).

O tráfico transatlântico de escravos africanos tornou-se uma atividade lucrativa e desumana, impulsionada pela crescente demanda de mão de obra para a produção agrícola, principalmente, na plantação de cana-de-açúcar. Milhões de africanos foram capturados em suas terras natais, submetidos a condições desumanas de transporte e vendidos como mercadoria para os senhores de engenho no Brasil:

Na década seguinte, em resposta à pressão dos jesuítas, a Coroa portuguesa promulgou leis que coíbiam de forma parcial a escravização de índios. Ao mesmo tempo, os portugueses aprimoravam o funcionamento do tráfico

negreiro transatlântico, sobretudo após a conquista definitiva de Angola em fins do século XVI. Os números do tráfico bem o demonstram: entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar (MARQUESE, 2006, p. 251).

O sistema escravista no Brasil era baseado na propriedade legal de indivíduos, que eram considerados como propriedades dos seus senhores. Os escravos eram submetidos a um regime de trabalho forçado, sem direitos ou liberdades básicas. Suas vidas eram marcadas por opressão, violência física e restrição de sua identidade cultural e social.

Os escravos eram explorados em diversas áreas, como agricultura, mineração, serviços domésticos e comércio. Trabalhavam longas horas, em condições de trabalho exaustivas e insalubres. A violência física era uma realidade constante, sendo as punições severas utilizadas como forma de controle e submissão (JUNIOR, 2021).

Profundas foram as implicações sociais, econômicas e culturais para o Brasil em decorrência deste passado aterrador. Pode-se dizer que a sociedade brasileira, à exemplo da Estadunidense, foi moldada por relações de desigualdade e discriminação que tiveram origem na escravidão (JUNIOR, 2021). Após a abolição, os ex-escravos enfrentaram grandes desafios para sua integração social e econômica, permanecendo marginalizados em uma sociedade estruturada sob a base da desigualdade racial.

As marcas da escravidão também se refletem nas disparidades socioeconômicas persistentes entre negros e brancos, nas questões relacionadas à igualdade de oportunidades, na representatividade política e na construção da identidade nacional. A escravidão deixou um legado de discriminação estrutural e preconceito racial que ainda permeia a sociedade brasileira contemporânea.

A escravidão no Brasil é uma parte indelével da história do país, representando um período de profundo sofrimento humano e injustiça. Compreender a história da escravidão é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Reconhecer o legado da escravidão é um passo necessário para a busca de reparação histórica, combate ao racismo e promoção da igualdade de direitos para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua origem étnica.

A História de Guaraciaba do Norte

A cidade de Guaraciaba do Norte, localizada no estado do Ceará, Brasil, possui uma história rica e diversificada. O município foi elevado à categoria de vila em 1791, inicialmente denominado Vila Nova Del Rei, momento em que, nos meandros de 1879, recebeu a alcunha de Campo Grande, nome que perdurou até os idos de 1951, onde recebeu sua denominação atual: Guaraciaba do Norte (BRASIL, 2023; LIRA, 2010)¹.

A cidade encontra-se situada no topo da Serra de Ibiapaba, sendo uma localidade cujas terras férteis favoreciam o cultivo de café e cana-de-açúcar desde meados do século XVIII (BRASIL, 2023). Analisando os registros históricos, concluiu-se que Guaraciaba conquistou sua emancipação política em 1791, sendo elevado à categoria de vila, após grande clamor da população local (LIRA, 2010). O município, conforme mencionado na introdução desta sessão, passou por significativas mudanças ao longo dos anos, tendo denominações como: Vila Nova Del Rei e Campo Grande até finalmente adotar o nome de Guaraciaba do Norte, em 1951, o qual carrega até os dias atuais (BRASIL, 2023).

Como praticamente toda cidade interiorana, a história religiosa da cidade muito conta sobre sua origem enquanto lugarejo. Conforme análise dos registros, a história de Guaraciaba do norte remonta à construção da capela de Nossa Senhora dos Prazeres em 1760, que foi substituída por uma nova estrutura em 1799, perdurando, ainda mais, a opulência deste edifício perante a sociedade daquela época (LIRA, 2010).

Imperioso citar que, como forma de ampliar o centro religioso local, foi erguida a paróquia de Campo Grande, como era conhecida, construída em 1886. Referida igreja, que ainda se mantém como marco histórico, passou por profundas reformas em 1932, especialmente em seu interior, demonstrando-se firme ainda atualmente (BRASIL, 2023).

Sem dúvidas esta pequena cidade do interior preserva seu legado histórico e cultural de forma tímida, sendo um lugar que guarda as memórias de sua formação e desenvolvimento ao longo dos séculos, mas sem exportá-las para além de seu território. Sua história, conforme mencionado acima, está intrinsecamente ligada à identidade e ao crescimento da região, destacando-se, sobretudo, como um

importante centro urbano em ascensão, localizado no – acredite, frio interior do estado do Ceará.

Análise metodológica de relatos históricos e documentais relacionados à Casa dos Escravos

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e multidisciplinar, combinando técnicas de História Oral com análise de relatos históricos documentais e revisão bibliográfica, a fim de captar uma imagem mais completa do legado da escravidão em Guaraciaba do Norte, particularmente em relação à Casa dos Escravos focada na compreensão aprofundada das experiências e percepções dos moradores de Guaraciaba do Norte em relação à Casa dos Escravos e seu legado histórico. A pesquisa qualitativa foi escolhida devido à sua habilidade em captar nuances e complexidades que métodos quantitativos podem negligenciar, a partir de entrevistas semiestruturadas, análise de relatos históricos e documentais e referência com a revisão bibliográfica.

O método principal de coleta de dados será através de entrevistas semiestruturadas com moradores locais, permitindo uma rica colheita de dados qualitativos. Documentos históricos relacionados à Casa dos Escravos e à história da escravidão em Guaraciaba do Norte serão analisados, incluindo registros de propriedade, documentos legais, relatos de época e outros materiais de arquivo que possam fornecer contexto e informações adicionais ao estudo. Além das entrevistas e do material documental, uma revisão bibliográfica abrangente será conduzida para contextualizar as descobertas dentro da literatura acadêmica existente e para fornecer uma base teórica para a análise.

Os participantes para as entrevistas serão selecionados usando uma técnica de amostragem por conveniência, pelo fato de moradores locais específicos possuírem conhecimento sobre o tema. Foram entrevistados 15 moradores locais de diferentes idades e ocupações. O estudo utilizou um roteiro de entrevista baseado nos temas descritos no referencial bibliográfico, desenvolvidos para alinhar-se estreitamente com os objetivos específicos da pesquisa. As entrevistas foram transcritas e, juntamente com os dados documentais, submetidas a uma análise de

conteúdo através do software NVivo, ferramenta para categorizar e codificar os dados coletados.

Esta metodologia adaptada visa proporcionar uma compreensão rica e contextualizada do legado da escravidão em Guaraciaba do Norte, ampliando a voz tanto aos residentes atuais quanto aos atores históricos por meio de registros documentais.

A Casa dos Escravos na visão da comunidade local

No pacato sítio de Tamboatá, localizado a 1 km da sede de Guaraciaba do Norte, ergueu-se uma construção que testemunhou tempos sombrios da história local, vivenciando uma era conhecida pela mais brutal forma de controle humano: A escravidão.

Nesse artigo, os participantes das entrevistas não foram identificados, em razão da necessidade da proteção da privacidade e na ética da pesquisa. Garantir que os indivíduos mencionados nos estudos permaneçam anônimos contribui para evitar qualquer exposição não consentida de suas informações pessoais, preservando assim seus direitos e dignidade. Segundo relatos dos Entrevistados número 01, 03 e 05, “essa casa ancestral pertenceu ao Dr. Floro Bartolomeu, importante aliado político do tão conhecido Pe. Cícero e figura proeminente de Juazeiro do Norte”. (Entrevista realizada em 24/03/2023). No entanto, narrativa diversa contada pelos Entrevistados número 02, 07, 09 e 12 que informam que “a propriedade tenha sido do Pe. Manoel Pacheco Pimentel, cuja história está entrelaçada com o cultivo de café, cana-de-açúcar e outras plantas que se disseminaram pelo município”. (Entrevista realizada em 24/03/2023)

Todos os participantes concordam que Tamboatá, naquela época, era considerada a fazenda mais bem estruturada da Serra Grande, pertencendo ao Coronel João Evangelista da Frota. No entanto, segundo os relatos desse estudo, o casarão secular é mergulhado em uma atmosfera carregada de tristeza e opressão. O local é conhecido pela maioria dos participantes como a "Casa dos Escravos" devido aos relatos de seus antigos moradores e vizinhos, que testemunharam trabalhos em condições desumanas, com pessoas vítimas de violência extrema e em situações de assassinatos e castigos corporais. Abaixo uma imagem do local histórico:



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Construída no século XVIII, essa edificação histórica está aberta ao público durante todo o dia, servindo como um elo entre o passado e o presente. O processo de transformação da Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte em um espaço turístico e de visitação pública foi gradual e implicou esforços consideráveis por parte do município. A apropriação desse espaço histórico como um destino turístico começou a tomar forma nas últimas décadas, à medida que a conscientização sobre a importância de preservar a memória da escravidão se fortaleceu. Ao adentrar o seu interior, ainda é possível encontrar vestígios dos terríveis maus-tratos infligidos aos escravos naquela época sombria. O porão, consoante relatos, foi palco de torturas e funcionou como um verdadeiro cemitério para aqueles que ousaram desafiar seus senhores.

A Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte representa um lembrete doloroso de um capítulo trágico da história brasileira: a escravidão. Esse patrimônio conecta a sociedade com as vidas daqueles que foram expulsos de suas terras de origem, sujeitados a trabalhos forçados, como diversas humilhações e violências. Ao visitar esse local, somos convidados a refletir sobre a importância de conhecermos e reconhecermos a herança histórica que moldou nossa sociedade, a fim de construir um futuro mais justo e igualitário.

A preservação e estudo desse casarão histórico desempenham um papel fundamental na manutenção da memória coletiva e na valorização da cultura local (BARROS, 2013). Ao adentrar suas paredes centenárias, há um convite de testemunhar a resistência e a resiliência daqueles que sofreram sob o jugo da

escravidão. Portanto, a casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte se torna um ponto de encontro para estudiosos, curiosos e todos aqueles que desejam se aprofundar na história do município.

As entrevistas semiestruturadas revelaram uma gama diversificada de percepções e sentimentos em relação à Casa dos Escravos e ao legado da escravidão na comunidade. O consenso emergente é que, embora muitos reconheçam o valor histórico do edifício, há uma sensação palpável de desconforto ao abordar seu passado. Foi notável que a memória coletiva da comunidade em torno da Casa dos Escravos é tanto de reverência quanto de hesitação. Enquanto alguns veem a estrutura como um monumento importante que deve ser preservado, outros expressam o desejo de distanciar-se do doloroso passado que ela representa.

Diferenças geracionais também foram observadas. Os entrevistados mais velhos frequentemente contextualizam a Casa dos Escravos dentro de uma história mais ampla de resistência e luta, enquanto os mais jovens questionam a ausência de uma narrativa mais inclusiva nos discursos públicos. Documentos de propriedade e registros legais revelam que a casa serviu como um importante centro econômico durante o período colonial e imperial, vinculando diretamente a sua história à da escravidão no Brasil.

A revisão bibliográfica forneceu uma base teórica que ajudou na interpretação dos dados coletados. A literatura sobre História Oral e patrimônio cultural confirmou a importância de considerar múltiplas perspectivas, especialmente de comunidades marginalizadas, na construção da memória histórica.

Os dados coletados de entrevistas, documentos históricos e literatura acadêmica convergem para destacar a complexidade em torno da Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte. Há uma tensão palpável entre o desejo de preservar a história e o impulso de confrontar e reconciliar-se com um passado doloroso. Ao unir múltiplos métodos e perspectivas, este estudo revela que a Casa dos Escravos é mais do que um mero edifício; é um símbolo vivo das intrincadas relações sociais, históricas e culturais que moldaram e continuam a moldar Guaraciaba do Norte.

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa alcançaram com êxito o objetivo geral de investigar as percepções e sentimentos dos moradores de Guaraciaba do Norte em relação à Casa dos Escravos e seu legado histórico relacionado à escravidão. Além disso, os objetivos específicos foram atendidos por meio dos resultados das entrevistas semiestruturadas, análise documental e revisão bibliográfica. O estudo revelou uma complexidade nas visões e memórias da comunidade local que ressoam com os discursos mais amplos sobre história, memória e identidade no Brasil.

O fato de que diferentes gerações e grupos dentro da comunidade interpretam o significado da Casa dos Escravos de maneiras diversas aponta para a necessidade de abordagens mais inclusivas e multifacetadas na preservação da memória coletiva e do patrimônio cultural. Assim, a pesquisa não só atendeu aos seus objetivos, como também forneceu reflexões valiosas para futuros esforços acadêmicos e práticos em campos relacionados.

Diante dos resultados do presente estudo, verificou-se a ambiguidade nas percepções dos residentes em relação à Casa dos Escravos, sendo um reflexo das complexas relações entre memória, história e identidade. Este estudo reafirma a importância de reconhecer e confrontar a pluralidade de memórias e narrativas dentro de uma única comunidade. O desconforto em torno da Casa dos Escravos reflete um esforço coletivo para negociar o passado dentro do contexto presente, tornando-se um espaço contestado de significados e lembranças.

A literatura existente sobre História Oral e memória coletiva oferece um suporte teórico para os achados deste estudo, especialmente no que diz respeito à necessidade de tratar a escravidão como uma questão multifacetada que envolve não apenas aspectos econômicos, mas também sociais, políticos e culturais. Frise-se ainda a importância de ampliar a voz das comunidades marginalizadas na construção da memória histórica.

A Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte emerge deste estudo como um microcosmo das complexas relações entre memória, história e identidade local e nacional no Brasil. O que está em jogo é mais do que a preservação de um edifício; é a necessidade de enfrentar e reconciliar um passado doloroso que continua a moldar a vida e as relações sociais na comunidade.

Portanto, enquanto a Casa dos Escravos de Guaraciaba do Norte permanece como um testemunho do passado, este estudo sugere que ela também pode funcionar como um catalisador para uma compreensão mais profunda e inclusiva do presente.

Ao ampliar vozes da comunidade local, este trabalho contribui para uma narrativa mais completa e mais justa, que não só reconhece, mas também enfrenta o legado complexo e muitas vezes doloroso da escravidão, contribuindo para a conscientização da sociedade e para a valorização e preservação de espaços históricos, fortalecendo ainda a luta pela igualdade racial, pelo respeito à diversidade cultural e pela construção de um futuro baseado em justiça e dignidade para todos.

Referências

ANDRADE, Francisco. **De símbolos da opressão a padrões da liberdade: a preservação de pelourinhos coloniais e o apagamento da memória da escravidão** (sécs. XVI-XX). Revista de História (São Paulo), p. a07921, 2022.

BARBOZA, Edson Holanda Lima; MARIZ, Silvana Fernandes. **No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará**. Revista Brasileira de História, v. 41, p. 111-134, 2021.

BRASIL, **Cidades do meu. Guaraciaba do Norte** - Estado do Ceara. 2023. Disponível em [Guaraciaba do Norte - Prefeitura, história e informações sobre a cidade \(cidadesdomeubrasil.com.br\)](http://Guaraciaba do Norte - Prefeitura, história e informações sobre a cidade (cidadesdomeubrasil.com.br)). Acesso em 21/06/2023.

COSTA, Hedinene; DE ANDRADE, Daniel Fonseca. **As pesquisas no Parque Estadual Cunhambebe com destaque para a Educação Ambiental e o patrimônio histórico e cultural**: resultados de uma revisão sistemática integrativa. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 17, n. 1, p. 79-95, 2022.

COSTA, Júlio Resende; DOS SANTOS, Sônia Maria. **Relevância e contribuição das fontes orais para a historiografia da educação**: uma pequena discussão epistemológica sobre a História Oral. Educere-Revista da Educação da UNIPAR, v. 23, n. 2, p. 560-581, 2023.

DE BARROS, Carlos Henrique Farias. **Ensino de História, memória e história local**. Criar Educação, v. 2, n. 2, 2013.

DELGADILLO, Víctor. **Patrimonio histórico y tugurios**: las políticas habitacionales y de recuperación de los centros históricos de Buenos Aires, Ciudad de México y Quito. Universidad Autónoma de la Ciudad de México-UACM, 2023.

GUARACIABA DO NORTE, Meses. do município de Guaraciaba do Norte-CE. **Caracterização Sócio-Ambiental de Sistemas de Cultivo Orgânico e Convencional na Chapada da Ibiapaba, Ceará**, p. 12, 2005.

GUARACIABA, **Prefeitura de. Casarão Antigo** (Casa dos Escravos). 2023. Disponível em Prefeitura de Guaraciaba do Norte. Acesso em 21/06/2023.

JUNIOR, Henrique Cunha. **Bairros negros**: a forma urbana das populações negras no Brasil. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 11, n. Ed. Especi, p. 65-86, 2019.

JUNIOR, José Antonio PASSIANOTO et al. **OS REFLEXOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 17, n. 17, 2021.

LIRA, José Luís. **De Volta a Campo Grande**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

LONDRES, Cecília. **O patrimônio histórico na sociedade contemporânea**. 2007.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil**: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos estudos CEBRAP, p. 107-123, 2006.

MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. **Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea**. Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC, 2012.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico**: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Recife: UFPE, 2002.

PASSOS, Marcos Uchoa da Silva. **O valor do negro**: o processo de musealização no Museu do Ceará. 2014. Dissertação de Mestrado.

PELEGRINI, Sandra CA. **Cultura e natureza**: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista brasileira de história, v. 26, p. 115-140, 2006.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Del Rey, p. 85, 1994.

Pedro Victor Rodrigues Linhares

Professor do Centro Universitário Inta – UNINTA, Mestre em Administração pela Universidade Caxias do Sul. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Bacharel em Administração pelo Centro Universitário INTA – UNINTA.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/3441534695371892>

Luís Orlando de Sousa Nobre

PBacharel em Direito pelo Centro Universitário INTA – UNINTA; Bacharelado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/8654584697980957>

Artigo recebido em: 08 de setembro de 2023.

Artigo aprovado em: 02 de dezembro de 2023.